Aprovado na A.Geral
22/Março/2019

ASSOCIAÇÃO PARAÍSO DAS CRIANÇAS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2018

ASSEMBLEIA-GERAL de 22 de Março de 2019

1- Introdução

Serve o presente para informar as mais significativas ações efetuadas pela Associação Paraíso da Criança no decurso do exercício de 2018.

2- Órgãos Sociais

(Mandato de 7 de Outubro de 2016 a 31 de Dezembro de 2020)

Mesa da Assembleia:

Presidente	Vítor Manuel Pereira da Silva
Vice- Presidente	Mário Albino Isidoro Santos
Secretário	Ricardo João Mendes Almeida Coelho

Direção:

Presidente	Elisabete Libório da Silva
Vice-Presidente	Miguel Ângelo Nunes Cartaxo
Secretária	Silvia João Lopes Justino
Tesoureiro	Dinis Filipe Nunes Vale
Vogal	Pedro Monteiro
Vogal	André Pedro
Vogal	Miguel Cordeiro Henriques
Vogal	Rui Manuel Martins Soares
Vogal	Patrícia Franco Siopa

Conselho Fiscal:

Presidente	Júlio Dinis Coelho Rego
Vogal	Manuel Conceição Galego
Vogal	Ana Paula Martins Magueijo

3- Avaliação Resumida dos Objetivos

Dada a natureza dos objetivos estratégicos cuja realização é de médio a longo prazo, podemos afirmar que estes estão aquém daquelas que seriam as expectativas.

O investimento a realizar é avultado para a capacidade financeira existente e as expectativas/oportunidades, não têm surgido conforme as necessidades. Continuamos a trabalhar no sentido de inverter esta situação.

4- Atividades Desenvolvidas / Eventos e Participações

No decorrer do ano 2018, a Associação marcou presença em alguns eventos, nomeadamente:

- Realização do almoço dos avós;
- Participação Institucional no certame das Adiafas com o Ateliê de expressão plástica "Um sentido das Mãos", divulgação e angariação de novos associados;
- Participação no mercado Ecorural com venda de Natal;

5- Iniciativas Diversas

- Realizou-se uma pesquisa de mercado para **criação de um website institucional** com o endereço www.associacaoparaisodascriancas.pt (Deve Incluir: Domínio, Alojamento, Introdução de conteúdos trimestralmente, Disponibilização ao cliente da informação das visualizações mensais do site, com ligação às redes sociais); **Design de logotipo**; **Design e Impressão de um Rollup** 85x200 (inclui tela, estrutura e mala); **Design e Impressão de uma Lona** 85x120. Adjudicou-se o serviço com a empresa Datasafe Unipessoal, Lda., que apresentou o orçamento de valor mais baixo. A empresa em causa teve em consideração, na elaboração do mesmo, os objetivos a que nos propomos.
- Com o intuito de cumprir a alínea a) do artigo 10º dos Estatutos desta Instituição e tendo em conta a dificuldade existente em receber o valor atual de quotização dos associados (24€/ano) os membros da Direção propuseram à Assembleia Geral dos seus associados no dia 09/11/2018, e esta aprovou, o seguinte a **redução do valor de quotização para 6€/ano**, sem joia com efeito a partir de 01/01/2019, assim como o **perdão da dívida aos associados com quotas em atraso até 31/12/2018**. Desta forma espera-se tornar mais acessível o valor de quotização e que seja formalizado, por parte dos associados, o cumprimento desta obrigação.
- **Reunião presencial com a CCDR Centro** (8/11/2018), a fim de obter informação acerca da abertura de novos avisos direcionados para as Associações, em que a Associação Paraíso das Crianças cumprisse os critérios de elegibilidade e tivesse a possibilidade de se candidatar. No entanto, foi transmitido que até ao momento não estão disponíveis apoios para estes fins, mas poderão vir a surgir no próximo período de programação.
- Participação Reunião do CLASC.

6- Ponto Situação Atual acerca da Construção da casa de acolhimento

No que se refere à construção da casa de acolhimento, a situação mantem-se. A inexistência de tesouraria é a justificação para a não conclusão das obras já iniciadas.
Reunimos com a CCDR Centro, como referido anteriormente, no entanto, até ao momento não estão disponíveis apoios para estes fins.

7- Relatório de Contas

O resultado líquido do exercício de 2018 é positivo no montante de 449,57 € (quatrocentos e quarenta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos). Seguem em anexo as demonstrações financeiras.

8- Proposta de Aplicação de Resultados

A Direção propõe que o **resultado líquido positivo** no montante de 449,57 € (quatrocentos e quarenta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos) seja transferido para a rubrica resultados Transitados.

A Direção da APC,

Elisabete Silva

A **Presidente**: Elisabete Silva

Ø **Vice-presidente**: Miguel Cartaxo

Silvia Justino

A **Secretária**: Sílvia Justino

O **Tesoureiro**: Dinis Vale

O **Vogal**: Pedro Monteiro

O **Vogal**: André Pedro

O **Vogal**: Miguel Henriques

O **Vogal**: Rui Soares

Patricia Siopa

A **Vogal**: Patrícia Siopa

ASSOCIAÇÃO PARAÍSO DAS CRIANÇAS
BALANÇO INDIVIDUAL em 31 de DEZEMBRO de 2018

Data: 2018/12/31
Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31/dez/18	DATAS 31/dez/17
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4.1	3 938,23	3 938,23
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes	4.1	165 101,97	165 101,97
		169 040,20	**169 040,20**
Activo corrente			
Inventários	7.1	415,75	415,75
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos			
Outros activos correntes			
Caixa e depósitos bancários	11.2	24 465,58	24 016,01
		24 881,33	24 431,76
TOTAL DO ACTIVO		**193 921,53**	**193 471,96**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas	11.3	119 705,44	119 705,44
Resultados transitados	11.3	72 350,38	66 290,29
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimomiais	11.3	1 219,48	1 219,48
		193 275,30	**187 215,21**
Resultado líquido do período		449,57	6 060,09
Resultado dos fundos patrimoniais		**193 724,87**	**193 275,30**
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		0,00	**0,00**
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	14,69	14,69
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes	11.5	181,97	181,97
		196,66	**196,66**
Total do Passivo		**196,66**	**196,66**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**193 921,53**	**193 471,96**

CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

ASSOCIAÇÃO PARAÍSO DAS CRIANÇAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018

Data: 2018/12/31

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados (quotas, donativos eventos,...)	8.1	1 232,30	6 563,60
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimento e serviços externos	16.2	-782,73	-503,51
Gastos com o pessoal			
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos			
Outros gastos			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**449,57**	**6 060,09**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**449,57**	**6 060,09**
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de Impostos		**449,57**	**6 060,09**
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		**449,57**	**6 060,09**

CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

ASSOCIAÇÃO PARAÍSO DAS CRIANÇAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2018

ÍNDICE

- Identificação 2
- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações Financeiras 2
- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 2
- Principais políticas contabilísticas 2
- Activos fixos tangíveis 3
- Inventários 5
- Rendimentos e gastos 5
- Provisões, passivos contingentes e activos contingentes 6
- Subsídios 6
- Instrumentos financeiros 6
- Fluxos de caixa 7
- Fundos patrimoniais 7
- Benefícios dos empregados 8
- Divulgações exigidas por outros diplomas legais 9
- Outras divulgações 9

EMPRESA: ASSOCIAÇÃO PARAÍSO DAS CRIANÇAS

ANEXO

31 de Dezembro de 2018

O presente **Anexo**, relativo ao exercício económico que termina a 31 de Dezembro de 2018, procede à compilação das divulgações que a Associação considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF.
As notas não mencionadas, não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou não ocorreram no exercício em causa.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Denominação da entidade: Associação Paraíso das Crianças

NIF : 507740548

1.2 – Lugar da sede social: Rua António Henriques, 19 2550-458 PERAL CDV

1.3 - Natureza da actividade: Associação sem fins lucrativos

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo, de acordo com a Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não houve alterações nos procedimentos

3. POLÍTICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMASTIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

3.1 – Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

b) Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.
De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos.
Deste modo, as demonstrações financeiras informam não só as transações passadas envolvendo o recebimento e o pagamento de caixa, mas também as obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representam caixa a ser recebida no futuro.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2 - ALTERAÇÕES NAS POLITICAS CONTABILISTICAS

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

3.3 – ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS

Não houve alterações

3.4 – CORREÇÃO DE ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES

Não foi detetado nenhum erro relevante relativamente ao período anterior.

4 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 – Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

a) Critérios de mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.
Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos, a partir do momento em que os mesmos se encontram disponíveis para utilização.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às definidas no Decreto regulamentar número 25/2009 de 14 de Setembro, com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento de transporte	4 a 6 anos
Equipamento básico	7 e 20 anos
Equipamento administrativo	3 e 10 anos
Outros ativos tangíveis	4 a 14 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente.
O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas.
As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.
O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Neste exercício as variações de activos fixos foram nulas conforme quadros abaixo:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Rubricas	**Saldo Inicial 1/01/2018**	**Reaval/Ajust.**	**Aumentos**	**Alienações**	**Transf/Abates**	**Saldo Final 31/12/2018**
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	3 938,23					3 938,23
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Ferramentas e utensílios						
Equipamento administrativo	1 190.78					1 190.78
Taras e vasilhame						
Outros activos fixos tangíveis	1 103.41					1 103.41
TOTAL	**6 232,42**					**6 232,42**
Activos fixos tangíveis em curso	165 101,97					165 101,97
TOTAL	**171 334,39**					**171 334,39**

DEPRECIAÇÕES E AJUSTAMENTOS				
Rubricas	**Saldo Inicial**	**Reforço**	**Anulaç/Reversão**	**Saldo Final**
Activos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico				
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo	1 190,78			1 190,78
Taras e vasilhame				
Outros activos fixos tangíveis	1103,41			1103,41
TOTAL	**2 294,19**			**2 294,19**

	Ativos fixos tangiveis	Depreciações	Valor final dos ativos
RESUMO	6 232,42	2 294,19	3 938,23

4.2 – DIVULGAÇÕES SOBRE RESTRIÇÕES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos
Não aplicável

5 – ATIVOS INTANGÍVEIS
Não aplicável

6 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

6.1 – Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período
Não aplicável

7 – INVENTÁRIOS

7.1 – Politicas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários

Os bens estão mensurados ao custo de aquisição. Nesta rubrica estão incluídos os artigos destinados a angariação de fundos.

Não houve variação de existências neste exercício

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS M.PRIMAS CONSUMIDAS		
Movimentos	**Mercadorias 2018**	**Mercadorias 2017**
Existências iniciais	415.75	415.75
Compras	0.00	0.00
Regularização de existências	0.00	0.00
Existências finais	415.75	415.75
Custos no exercício	0.00	0.00

8 – RENDIMENTOS E GASTOS

8.1 – Politicas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.
Os rendimentos estatutários, que correspondem essencialmente a quotizações, são reconhecidos na demonstração de resultados à data do seu recebimento.
Os subsídios contabilizados dizem respeito à especialização dos mesmos em função dos gastos incorridos nos projectos que lhes são afectos.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida do período, conforme quadro:

RÉDITOS		
Categoria	**2018**	**2017**
Vendas de bens	0.00	0.00
Prestações de serviços:		
Eventos	959,00	222,44
Donativos	249,30	6 539,60
Receitas estatutárias – quotas e joias	24,00	24,00
SUBTOTAL	**1 232,30**	**6 273,16**
Subsidios		
Rendimentos suplementares Juros		
TOTAL	**1 232,30**	**6 563,60**

9 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

9.1 – Provisões

Sempre que a Associação reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.
Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual e fiável.
À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

Não aplicável neste exercício

10 – SUBSIDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Politicas contabilísticas adoptadas

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.
A Associação reconhece subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.
Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento dos vários projectos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

10.1 – Reconciliação da quantia escriturada no inicio e no fim do período dos subsídios reconhecidos nos fundos patrimoniais

Não aplicável

10.2 – Benefícios sem valor atribuido

Não aplicável

10.3 - Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos foram particulares com um contributo no montante de 249,30 € dos quais 223,30€ em espécie .

11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respectiva:

11.1 – Bases de mensuração e políticas relevantes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflictam o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas quando há informação objectiva da incobrabilidade da dívida ou probabilidade remota da sua recuperação.

Empréstimos
Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Instrumentos financeiros de médio e longo prazo
Consideram-se instrumentos financeiros de médio e longo prazo, sempre que a sua conversão em caixa ou seus equivalentes, corresponda a um período superior a um ano. Neste caso, utiliza-se, para a sua mensuração, o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado à taxa de juro efectivo.

11.2 - Caixa e equivalentes de caixa
Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 90 dias e 180 dias, sendo os juros creditados na conta depósitos à ordem, na data do respectivo vencimento.

Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa, depósitos bancários e outros investimentos:

FLUXOS DE CAIXA				
Rubricas	**Saldo Inicial**	**Débitos**	**Créditos**	**Saldo Final**
Caixa	152,79	171,30	198,63	125,46
Depósitos à ordem	23 863,22	1 156,39	679,49	24 340,12
Outros depósitos bancários				
Total caixa e dep.bancários	**24 016,01**			**24 465,58**

11.3 – Fundos patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais são constituído por Reservas e Resultados Transitados.

VARIAÇÕES NAS RUBRICAS DE FUNDOS PATRIMONIAIS				
Contas	**Saldo Inicial**	**Débitos**	**Créditos**	**Saldo Final**
Fundos				
Reservas	119 705,44			119 705,44
Resultados transitados	66 290,29		6 060,09	72 350,38
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 219,48			1 219,48
Total	**187 215,21**			**193 275,30**

11.4 – Ativos financeiros dados em garantia
Não aplicável

11.5 – Dividas da entidade reconhecidas à data do balanço

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.
As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outros credores

A 31 de Dezembro de 2018 a conta de fornecedores e outras contas a pagar apresentava a seguinte decomposição:

FORNECEDORES E OUTROS CREDORES			
Rubricas	**31/12/2018**	**31/12/2017**	
Fornecedores c/c	14,69	14,69	
Estado e outros entes publicos			
Credores diversos	181,97	181,97	
Financiamentos obtidos			
TOTAL	**196,66**	**196,66**	

As contas a pagar resultam da actividade normal, não existindo valores em situação de mora.

11.6 – Ajustamentos
Não aplicável

11.7 – Dividas à entidade reconhecidas à data do balanço

a) Dividas à entidade

CLIENTES E OUTROS DEVEDORES			
Rubricas	**31/12/2018**	**31/12/2017**	
Clientes c/c	0,00	0,00	
Esado e out Ent Publ			
Subtotal	**0,00**	**0,00**	
Outras contas a receber:			
Devedores diversos			
Subtotal	**0,00**	**0,00**	
TOTAL	**0,00**	**0,00**	

Não existem valores por receber

b) Diferimentos
Não aplicável

12 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

12.1-Pessoal ao serviço da empresa :

A Associação não tem pessoal ao seu serviço.

13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de exercício, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto
que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

Não existem factos relevantes conhecidos

14 – AGRICULTURA

Não aplicável

15 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

15.1 – Quantia agregada ao dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecida como gasto durante o exercício.

Não aplicável

16 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1 – *Não aplicável*

16.2 – Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

Informação por actividade económica:

Orgão Social	2018	2017
Mercado interno:		
Vendas	0.0	0.0
Prestações de serviços	1 232,30	6 563,60
Compras	0,00	0,00
Fornecim. e serviços externos	782,73	503,51
Custo das mercad.e mat.consum.	0.0	0.0

16.3 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos, com reconhecimento de isenção de IRC ao abrigo do artigo 11.º do CIRC.

O presente exercício foi marcado pela inexistência de atividade.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO